

*O Estado de São Paulo,  
Segunda-feira, 30.5.2011*

## O FMI do homem branco *MARCELO DE PAIVA ABREU\**

Tudo leva a crer que o novo diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), que sucederá Dominique Strauss-Kahn, não será um europeu, será uma europeia. O indecente acordo entre EUA e Europa, que assegura o cargo aos países europeus e que havia sido objeto de críticas universais antes da desgraça de Strauss-Kahn, ressurgiu das cinzas com vigor. A lógica que explicaria a provável escolha de Christine Lagarde como diretora-gerente foi explicitada pela própria candidata: "Manda quem paga as contas".

A candidata teve bom desempenho como ministra do Comércio e da Economia e Finanças da França desde 2005. A experiência nos EUA, como advogada proeminente numa grande firma em Chicago, e sua proficiência em inglês melhoram o seu trânsito político nos EUA. Desde 2007, como ministra da Economia e Finanças, teria acumulado experiência que compensaria a ausência de intimidade prévia com os assuntos de sua pasta. A posição da França no equacionamento das dificuldades suscitadas pela crise mundial desde 2008, em especial na zona do euro, expôs a ministra a significativa educação "on the job".

Há dúvidas se o melhor candidato ao FMI deveria ser europeu, quando a principal fonte de desestabilização da economia mundial é a crise dos países do sul da Europa. Por outro lado, alguns alegam que Madame Lagarde não aportou contribuição substantiva no exercício da pasta da Economia. Em particular, teria sido tímida quanto à defesa de disciplinas fiscais. Seria simplesmente executora das instruções do medíocre Nicolas Sarkozy, e dificilmente o líder que o FMI requereria no momento. E certamente não da mesma estatura do seu antecessor. Além disso, há uma pendência judiciária envolvendo a ministra, que poderia ser acusada de abuso de autoridade ao submeter à arbitragem privada uma pendência, relacionada à venda da Adidas, que resultou no pagamento ao controvertido empresário Bernard Tapie de 385 milhões, dos quais 45 milhões por danos morais. A Corte de Justiça da República decidirá em 10 de junho se acolhe a denúncia.

A qualidade dos candidatos apresentados pelos europeus para chefiar o FMI tem deteriorado no passado recente. Os três últimos diretores-gerentes não cumpriram seus mandatos: Horst Köhler, Rodrigo de Rato e Dominique Strauss-Kahn. Horst Köhler (2000-2004) afastou-se para ser eleito presidente da República Federal da Alemanha. Rodrigo de Rato (2004-2007), escolhido na esteira da derrota do seu partido nas eleições espanholas de 2004, afastou-se em 2007 "por razões pessoais". Embora Strauss-Kahn (2007-2011) tenha renunciado por conta de acusações de crimes sexuais, caso isso não tivesse ocorrido havia alta probabilidade de que fosse escolhido como

candidato socialista nas eleições presidenciais francesas de 2012 e teria de se afastar antes do fim do mandato.

Há quase unanimidade quanto ao excelente desempenho de Strauss-Kahn como diretor-gerente num período espinhoso. Já o mesmo não se pode dizer de seus dois predecessores. Em suma, a pergunta que se coloca é se os europeus tendem a levar o assunto suficientemente a sério ou apenas como mais um cargo importante a ser incluído na ciranda de distribuição de cargos entre diferentes nacionalidades europeias. O contraste com o século passado, quando os europeus indicavam técnicos, e não políticos, é nítido. O trio de diretores-gerentes franceses, em especial, era composto de grandes funcionários, e não de políticos, com desempenho excelente: Pierre-Paul Schweitzer (1963-1973), Jacques de la Rosière (1978-1987), Michel Camdessus (1987-2000).

A sucessão ocorre num quadro em que o desequilíbrio quanto à representatividade de diferentes países nas instituições econômico-financeiras multilaterais é acachapante. A distribuição de votos entre os membros do FMI antes das reformas de 2010 era grotesca. De acordo com a distribuição em vigor, os votos do Brasil somam 1,714% do total, comparados a 1,855% da Bélgica... Quando a reforma de 2010 estiver implementada, as deformações mais evidentes serão corrigidas, mas a participação brasileira de 2,218% ainda será semelhante à do Canadá. E a da China será de 6,071%, comparados aos 4,024% para França e Reino Unido (cada um).

Os países emergentes têm defendido o abandono do acordo informal EUA-Europa sobre a distribuição de cargos no FMI e no Banco Mundial. Há referências a garantias informais que teriam sido oferecidas, especialmente no G-20, quanto à adoção de critérios de escolha baseados estritamente na competência dos candidatos, e não na sua nacionalidade. Palavras que o vento leva. A reiteração da escolha de um europeu pode ser pedagógica, colocando em perspectiva ilusões que possam ter aflorado quanto à efetiva importância do G-20. Lula estava errado: o G-7 não está morto e o G-20 pode ser uma embromação.

Em tempo: não faltam bons candidatos não políticos ao cargo nos países emergentes. Apoiar o candidato mexicano seria difícil para o Brasil. Não por ser excessivamente ortodoxo, mas por ser mexicano e, portanto, percebido como na órbita dos EUA. O possível candidato indiano, Montek Singh Ahluwalia, é competente, tem credibilidade e o Brasil fará bem em apoiá-lo. A despeito dos chineses.

\*Doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.